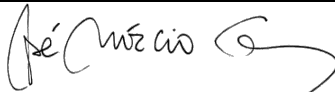




Proposição: PLEI - PROJETO DE LEI
Número: 000083/2026

OBJETO DE DELIBERAÇÃO ÀS COMISSÕES TÉCNICAS
Em: 12/02/2026

José Márcio Lopes Guedes
PRESIDENTE

Institui o Programa “Samba Histórico” no âmbito do Município de Juiz de Fora, destinado à valorização do samba e das Escolas de Samba como expressões constitutivas da memória cultural, da identidade urbana e da ocupação democrática dos espaços públicos do Centro Histórico, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Juiz de Fora aprova:

Art. 1º Fica instituído o Programa "Samba Histórico", como política pública permanente do Município de Juiz de Fora, destinada à realização periódica de eventos culturais promovidos pelas Escolas de Samba em equipamentos públicos culturais e logradouros situados no Centro Histórico, integrando a programação oficial de cultura do Município.

Parágrafo único. O Programa tem por finalidade estruturar calendário cultural contínuo voltado à valorização das Escolas de Samba, reconhecidas como patrimônio cultural imaterial do Município, promovendo sua presença regular nos espaços públicos e fortalecendo sua atuação cultural, social e econômica ao longo do ano.

Art. 2º - Constituem diretrizes do Programa "Samba Histórico":

I - a valorização do samba e das Escolas de Samba como expressões históricas, artísticas e comunitárias da identidade cultural do Município;

II - a promoção da continuidade das manifestações culturais ao longo do ano civil, enfrentando a sazonalidade dos desfiles oficiais;

III - o fortalecimento da memória histórica do samba em Juiz de Fora como patrimônio cultural vivo;

IV - o estímulo à geração de trabalho, renda e sustentabilidade econômica das agremiações carnavalescas e dos trabalhadores da cultura a elas vinculados;

V - a promoção do uso democrático, ordenado e culturalmente orientado dos espaços públicos do Centro Histórico, reafirmando o direito à cidade.

Art. 3º - O Poder Executivo assegurará a cessão periódica de uso de equipamentos públicos e logradouros situados no Centro Histórico para a realização dos eventos do Programa, garantida periodicidade mínima mensal, observadas as normas de segurança e legislação aplicável.



§1º - Para os fins desta Lei, consideram-se equipamentos públicos culturais os bens imóveis públicos destinados à fruição artística, cultural, educativa ou comunitária.

§2º - Integram o rol de equipamentos e logradouros prioritários para a realização das atividades do Programa, sem prejuízo de outros que venham a ser regulamentados:

I - Praça Clodesmidt Riani;

II - Praça Tarcísio Delgado;

III - Praça da Estação;

IV - Beco da Cultura;

V - Museu Ferroviário.

§3º - A cessão de uso prevista neste artigo caracteriza-se como utilização institucional de espaço público para fins culturais, não configurando concessão onerosa nem exploração privativa de bem público.

Art. 4º - Os eventos do Programa "Samba Histórico" integrarão a programação cultural oficial do Município, sendo promovidos institucionalmente pela Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage - FUNALFA, em parceria com entidade representativa das Escolas de Samba regularmente constituídas no Município.

Parágrafo único - A FUNALFA coordenará institucionalmente o Programa, cabendo-lhe, em conjunto com a entidade representativa das Escolas de Samba, definir o calendário anual de atividades, assegurado sistema de rodízio entre as agremiações filiadas.

Art. 5º - Durante a realização dos eventos, será permitida a comercialização acessória de produtos, alimentos, bebidas e serviços vinculados à finalidade cultural do Programa, como instrumento de sustentabilidade econômica das agremiações.

§ 1º A comercialização terá caráter complementar à atividade cultural e observará a legislação sanitária e de segurança vigente.

§ 2º Por integrarem a programação cultural oficial promovida pela FUNALFA, os eventos do Programa poderão ter dispensada a cobrança de preço público ou taxa vinculada à utilização eventual do espaço público e à comercialização acessória, nos termos da regulamentação.

Art. 6º Os eventos integrantes do Programa "Samba Histórico" serão de caráter estritamente gratuito e abertos à população, vedada a cobrança de ingresso, resguardada a capacidade de lotação e as normas de segurança de cada equipamento público.

Art. 7º O Poder Executivo, através da Funalfa e demais órgãos competentes, poderá destinar dotação orçamentária, bem como disponibilizar estrutura funcional, bens móveis e apoio logístico para o transporte de equipamentos e instrumentos necessários à plena realização dos eventos, observada a disponibilidade financeira e orçamentária.

Art. 8º O Programa poderá prever a cooperação técnica com outras secretarias municipais



e empresas públicas para garantir a infraestrutura adequada, segurança e limpeza dos locais durante os eventos.

Art. 9º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que couber, estabelecendo os formulários, prazos e trâmites administrativos para a formalização das datas e autorizações de uso.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Barbosa Lima, 12 de fevereiro de 2026.



Aparecida de Oliveira Pinto
Vereadora Cida Oliveira - PT

